

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SANTO ANTÔNIO - INESA
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

CAMILA SELNER HANOFF, GUILHERME VARGAS, KÉZIA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO, LARISSA CAMPOS MEDEIROS DE SOUZA, LETÍCIA MÜLLER DE AVIZ, SARAH MARIA LOURENÇO PAES, SARAH RAULINO PEREIRA, TATIANA MARILÉIA ALVES DUARTE E THAIS TOBLER DA ROSA.

PESSOA E AMBIENTE:

PRÁTICAS DE ESCUTA E EXPRESSÃO NA PERSPECTIVA DA
PSICOLOGIA AMBIENTAL

JOINVILLE-SC

2026

CAMILA SELNER HANOFF, GUILHERME VARGAS, KÉZIA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO, LARISSA CAMPOS MEDEIROS DE SOUZA, LETÍCIA MÜLLER DE AVIZ, SARAH MARIA LOURENÇO PAES, SARAH RAULINO PEREIRA, TATIANA MARILÉIA ALVES DUARTE E THAIS TOBLER DA ROSA.

**PESSOA E AMBIENTE: PRÁTICAS DE ESCUTA E EXPRESSÃO
NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA AMBIENTAL.**

Projeto de Extensão apresentado à disciplina de Projetos Extensionistas em Intervenção Social e Comunitária, do Curso de psicologia do Instituto de Ensino Superior Santo Antônio – INESA como aprovação na disciplina.

Orientadores(as): Prof.(a) Édina Francini Simão Hack,
Prof.(a) Marcilei Krafp Hounsell

JOINVILLE-SC

2026

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender e intervir nas relações estabelecidas entre sujeito, ambiente e comunidade, considerando os impactos que o contexto físico e social exerce sobre a saúde mental, o sentimento de pertencimento e a qualidade de vida da população. Em consonância com Pezzi et al. (2021), a justificativa de uma pesquisa deve contemplar tanto os motivos de ordem teórica quanto prática que evidenciam sua relevância científica e social. Nesse sentido, o projeto fundamenta-se na importância de desenvolver ações comunitárias que promovam espaços de escuta, fortalecimento de vínculos e valorização das experiências coletivas em territórios marcados por vulnerabilidades sociais.

A escolha do bairro Aventureiro e da Associação de Moradores Castelo Branco Cohab, como campo de intervenção decorre da compreensão de que o território ultrapassa sua dimensão física, constituindo-se também como espaço simbólico, histórico e afetivo, diretamente relacionado à construção das subjetividades e identidades coletivas. A atuação junto à comunidade possibilita identificar demandas reais, promover participação social e desenvolver estratégias de cuidado alinhadas às especificidades do contexto local.

Do ponto de vista científico, a pesquisa contribui para o fortalecimento dos estudos em Psicologia Ambiental e Psicologia Social Comunitária, áreas que compreendem o ambiente como elemento ativo na constituição dos sujeitos e nas dinâmicas sociais. Além disso, amplia discussões sobre os impactos das condições ambientais na saúde mental, especialmente em comunidades periféricas, onde fatores como precariedade estrutural, ausência de espaços de convivência e invisibilidade social podem intensificar processos de sofrimento psíquico.

A proposta também se justifica pela relevância de desenvolver práticas extensionistas que aproximem universidade e comunidade, articulando teoria e prática por meio da pesquisa-participante. Dessa forma, o projeto integra produção acadêmica e busca promover intervenções coletivas voltadas ao fortalecimento comunitário, à valorização das histórias de vida e à construção de espaços de participação social.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização das narrativas das mulheres participantes da associação de moradores. A utilização de recursos como rodas de conversa, história oral, construção coletiva de fanzines e atividades grupais possibilita o resgate da memória social e o reconhecimento dessas mulheres como protagonistas de suas trajetórias e de seu território. Tal perspectiva contribui para a democratização da produção do conhecimento, rompendo com modelos tradicionais centrados apenas em registros institucionais e favorecendo a construção coletiva de sentidos sobre o espaço vivido.

Além disso, o projeto apresenta relevância social ao propor intervenções que promovam acolhimento, fortalecimento de vínculos comunitários e incentivo à participação coletiva. Atividades voltadas ao resgate da memória, à ocupação dos espaços comunitários e à reflexão sobre o ambiente, podem favorecer sentimentos de pertencimento, autonomia e valorização das experiências individuais e coletivas.

Portanto, este projeto torna-se relevante por integrar dimensões sociais, ambientais, comunitárias e subjetivas, contribuindo tanto para a produção científica quanto para a promoção de ações práticas voltadas ao fortalecimento da comunidade e à melhoria das condições de vida e saúde mental das participantes.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender de que forma o ambiente comunitário e a relação das participantes com o território podem contribuir para o fortalecimento de vínculos, do pertencimento e da saúde mental em uma associação de moradores.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Valorizar as histórias de vida, memórias e experiências das participantes através de um diário de campo.

Incentivar o protagonismo comunitário e a participação das mulheres nas ações desenvolvidas pela associação de moradores;

Identificar como as participantes percebem a relação entre ambiente comunitário, território e qualidade de vida;

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 PORQUÊ DESENVOLVER PROJETOS SOCIAIS

Os projetos extensionistas constituem uma das principais formas de aproximação entre a universidade e a sociedade, promovendo a aplicação do conhecimento científico na resolução de demandas sociais e contribuindo para a formação acadêmica dos estudantes. Nesse contexto, a extensão universitária não se limita à transmissão de conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico, mas estabelece uma relação de troca entre universidade e comunidade, permitindo que ambas aprendam, construam novos saberes e promovam transformações sociais.

A extensão universitária é compreendida como um processo educativo, científico e cultural que articula, de forma indissociável, o ensino e a pesquisa, possibilitando uma relação transformadora entre universidade e sociedade (BRASIL, 2001, apud CHAVES et al., 2019). Essa perspectiva evidencia que a universidade possui um compromisso social que ultrapassa a formação técnica dos estudantes, assumindo também o papel de contribuir para o desenvolvimento humano, para o fortalecimento da cidadania e para a democratização do conhecimento.

Nesse sentido, Serrano (2013, apud CHAVES et al., 2019) destaca que a extensão universitária possui potencial para produzir conhecimentos capazes de transformar a realidade social, uma vez que integra o saber acadêmico às necessidades da comunidade. Da mesma forma, Deslandes e Arantes (2017, apud CHAVES et al., 2019) afirmam que a extensão representa um dos pilares da educação superior brasileira, favorecendo tanto a formação profissional e humanística dos estudantes quanto a transformação da sociedade por meio das ações desenvolvidas.

Além disso, a extensão universitária integra o chamado tripé da educação superior ensino, pesquisa e extensão, sendo considerada indispensável para o desenvolvimento científico, profissional e humano (GARDIN et al., 2018, apud CHAVES et al., 2019). Nessa perspectiva, o conhecimento deixa de permanecer restrito ao ambiente universitário e passa a ser compartilhado com a população, ao mesmo tempo em que a realidade

vivenciada pela comunidade contribui para o aprimoramento das práticas de ensino e pesquisa.

Segundo Melo Neto (2002, apud CHAVES et al., 2019), a extensão universitária caracteriza-se como um trabalho social realizado de forma compartilhada entre universidade e comunidade, envolvendo docentes, estudantes, técnicos e a população na construção coletiva do conhecimento. Para o autor, essa interação fortalece processos de inclusão social, uma vez que possibilita às comunidades o acesso a novos conhecimentos e favorece sua autonomia na busca por soluções para as próprias demandas.

Essa relação é compreendida como uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo em que a universidade leva conhecimentos científicos para a sociedade, também aprende com os saberes populares, ampliando a compreensão da realidade e enriquecendo a formação acadêmica dos estudantes (BRASIL, 2001, apud CHAVES et al., 2019). Dessa forma, os projetos extensionistas tornam-se espaços de aprendizagem prática, nos quais os estudantes desenvolvem competências profissionais, senso crítico, responsabilidade social e capacidade de intervenção em diferentes contextos.

Deslandes e Arantes (2017, apud CHAVES et al., 2019) ressaltam ainda que a participação em projetos de extensão contribui significativamente para o aperfeiçoamento da aprendizagem acadêmica, pois possibilita a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos durante a graduação. Além disso, favorece o desenvolvimento da autoconfiança, amplia as experiências profissionais e fortalece a formação dos estudantes para sua futura atuação no mercado de trabalho.

Sob essa perspectiva, os projetos extensionistas constituem importantes instrumentos de promoção da inclusão social, pois possibilitam o compartilhamento do conhecimento científico com diferentes grupos sociais, fortalecem a participação cidadã e promovem ações voltadas à melhoria das condições de vida da população. Ao aproximar universidade e comunidade, a extensão reafirma o compromisso social das instituições de ensino superior e contribui para a formação de profissionais mais críticos, éticos e comprometidos com as demandas da sociedade.

O desenvolvimento de projetos sociais é uma necessidade crítica de qualquer sociedade. Estes projetos desempenham um papel importante na

promoção do bem-estar da comunidade, na redução das desigualdades socioeconômicas e na construção de um futuro mais justo e sustentável para todos. Nesse sentido,

[...] o estudo de cenários e dos macroambientes é um estágio importante para facilitar a compreensão crítica sobre a realidade que permeia o cotidiano dos grupos sociais até alcançar o momento da elaboração e execução do projeto social. (XIMENES, 2011, p.7).

Um dos principais benefícios dos programas sociais é o seu impacto positivo direto na vida das pessoas, uma vez que proporcionam acesso a recursos básicos como educação, cuidados de saúde, alimentação e oportunidades de emprego que podem mudar fundamentalmente a qualidade de vida em comunidades carentes. Além disso, os programas sociais fortalecem o tecido social, promovendo um sentimento de pertença e solidariedade entre os membros da comunidade. Incentivam a colaboração e a cooperação, construindo redes de apoio mútuo e ajudando a enfrentar desafios comuns de forma mais eficaz.

A eficácia dos programas sociais manifesta-se na reconfiguração da relação entre o sujeito e o seu entorno, transformando espaços de vulnerabilidade em territórios de articulação entre a utopia crítica e a subjetividade política. passa a ser compreendido como um campo de possibilidades para a intervenção ativa. passa a ser compreendido como um campo de possibilidades para a intervenção ativa. passa a ser compreendido como um campo de possibilidades para a intervenção ativa. (XIMENES, 2011).

3.2 PSICOLOGIA AMBIENTAL

Este projeto, tem como base a psicologia ambiental, campo que investiga a relação do ser humano com o meio ambiente. De acordo com Melo (1991), a Psicologia ambiental surge no contexto, Pós Segunda Guerra Mundial, decorrente da necessidade de reconstruir as cidades. Também foi necessária a construção de muitas moradias, levando arquitetos e urbanistas a considerar aspectos além da estética dos edifícios. Precisavam considerar

como as pessoas percebem e utilizam os espaços públicos e privados da cidade. No começo, a Psicologia Ambiental estava ligada à Psicologia da Arquitetura. Nas décadas de 1950 e 1960, tornou-se uma área de estudo própria, dedicada a compreender como o ambiente físico e o contexto social influenciam o comportamento e as experiências das pessoas. Portanto,

A Psicologia Ambiental é uma subárea da Psicologia que se interessa pelo homem em seu contexto físico e social e tem como objetivo o estudo das inter-relações daí provenientes, considerando aspectos individuais e coletivos de tais interações. (SOUZA, 2006, p.1)

Assim podemos observar que a psicologia ambiental não se limita apenas a compreender o ambiente como um cenário físico, mas como um contexto que tem significado, que influencia diretamente os comportamentos, emoções e percepções do sujeito. Esse funcionamento ocorre de maneira dinâmica, pois o sujeito também transforma o ambiente em que está inserido.

Uma vez que o sujeito também transforma o ambiente em que está inserido. No contexto da emergência climática, compreender essa interação torna-se fundamental, uma vez que a percepção das pessoas sobre os problemas ambientais pode influenciar suas atitudes e comportamentos. Em conformidade com Uzzell (2000 apud Pinheiro et al., 2025), a psicologia Ambiental tem um papel crucial em analisar os obstáculos que dificultam o engajamento. Um dos fenômenos identificados é o viés do otimismo, uma distorção cognitiva na qual as pessoas reconhecem a seriedade da crise em nível global, mas minimizam os riscos para sua própria região e para o momento atual. Os jovens mostram que, apesar de considerarem as mudanças climáticas um problema global urgente, tendem a enxergá-las como algo distante, tanto no espaço quanto no tempo, quando se trata de seu entorno. No entanto, a aplicação de metodologias qualitativas e rodas de conversa tem se revelado eficiente para desconstruir essa ideia, fomentando uma perspectiva sistêmica em que o local e o global são interdependentes.

Além da dimensão espacial, a escala temporal e a orientação de futuro são determinantes para o compromisso pró-ecológico. A percepção de que os impactos mais graves ocorrerão apenas em décadas gera um distanciamento

que desestimula o foco imediato. Por outro lado, estratégias que incentivam a solidariedade intergeracional como o exercício de projetar mensagens para gerações que ainda não nasceram ajudam a reduzir essa lacuna temporal. O engajamento torna-se mais robusto quando a comunicação abandona o tom puramente fatalista, mais do que aguardar, é preciso esperar: aproximar o problema para agir com urgência, unindo o pessimismo da razão ao otimismo da vontade. Assim, a educação socioambiental deve focar na legibilidade dos sinais locais da mudança climática e no fortalecimento de vínculos afetivos, transformando a angústia em ação concreta e adaptativa para garantir a sustentabilidade do porvir. Pinheiro et al. (2025).

Dessa forma, a Psicologia Ambiental e a Educação Socioambiental estabelecem uma relação complementar, uma vez que ambas buscam compreender e promover mudanças na forma como os indivíduos percebem, interpretam e interagem com o ambiente. Enquanto a Psicologia Ambiental investiga os fatores psicológicos envolvidos nessas interações, a Educação Socioambiental contribui para o desenvolvimento da consciência crítica, da responsabilidade coletiva e do engajamento em práticas voltadas à sustentabilidade. Assim, a articulação entre essas áreas favorece a construção de sujeitos mais conscientes de seu papel na transformação e preservação dos espaços em que vivem.

3.3 PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA

A extensão universitária pautada na área social se torna como um importante instrumento de aproximação entre a universidade e a comunidade, ao possibilitar a oferta de serviços que visam à melhoria da qualidade de vida da população (OLIVEIRA, 2017). Nesse sentido, ela promove a articulação entre teoria e prática, permitindo que o conhecimento acadêmico seja aplicado em contextos reais e contribua para o bem comum. Além disso, a extensão transforma o estudante em um agente ativo no processo social, atuando como analista-facilitador que observa, participa e constrói, de forma coletiva, soluções para as demandas locais (OLIVEIRA, 2017). A inserção em uma associação de moradores, portanto, justifica-se pela necessidade de a universidade conhecer as especificidades do território e assumir um

compromisso ético e institucional com as transformações sociais da região em que está inserida.

No campo da atuação social, se diferencia a Psicologia Comunitária da Psicologia Social Comunitária. A Psicologia Comunitária volta-se ao estudo das condições psíquicas e sociais que possibilitam o desenvolvimento e a manutenção do poder exercido pelos indivíduos em seus contextos de vida (SOUSA; LIMA, 2024). Já a Psicologia Social Comunitária, consolidada especialmente na América Latina, emerge como uma crítica aos modelos tradicionais, considerados elitistas e centrados no indivíduo. Essa abordagem propõe uma prática comprometida com a conscientização e a emancipação das classes populares, atuando como instrumento de transformação social (SOUSA; LIMA, 2024; AZEVÊDO, 2009).

Assim, sob a perspectiva da psicologia ambiental e comunitária, o espaço físico ultrapassa a condição de mero cenário e passa a ser compreendido como um elemento ativo na constituição da subjetividade. É no chamado “espaço vivido” que se expressam relações de submissão, resistência e construção identitária (RAMOS; CARVALHO, 2008). Esse conceito evidencia que o ambiente comunitário é organizado de maneira orgânica, refletindo as dinâmicas do cotidiano e, muitas vezes, contrastando com a lógica linear do planejamento urbano tradicional.

Nesse contexto, a saúde mental está diretamente relacionada às condições ambientais e territoriais. Fatores como precariedade habitacional, invisibilidade social, violência e ausência de espaços de lazer contribuem para o sofrimento psíquico e para o sentimento de exclusão (RAMOS; CARVALHO, 2008; SOUSA; LIMA, 2024). Portanto, intervenções que promovem melhorias no espaço físico, como a criação de áreas de convivência e outras que serão abordadas neste projeto, tornam-se estratégias para fortalecer o sentimento de pertencimento e o bem-estar coletivo.

3.3.1 IMPACTOS DO CONTEXTO SOCIAL

O meio ou ambiente, ao qual o indivíduo está inserido também o constitui, faz parte de quem ele é. Seu contexto social é tudo aquilo que ele vive no seu dia-a-dia, com quem convive, o que faz e o que participa: sua

família, religião, trabalho, escola, o bairro em que vive entre outros tantos contextos. O profissional da psicologia social comunitária vai estar inserido neste meio como parte de transformação daquilo que provoca impacto na vida do sujeito. Assim como afirma Campos (2007, p.11):

A busca do desenvolvimento da consciência crítica, da ética da solidariedade e de práticas cooperativas ou mesmo autogestionárias, a partir da análise dos problemas cotidianos da comunidade, marca a produção teórica e prática da psicologia social comunitária.

O indivíduo inserido na comunidade é composto também por suas interseccionalidades, que por sua vez traz à tona marcadores identitários que impactam em seu contexto social cotidiano.

De acordo com Campos (2007), a partir das reflexões de Bonnemaison, o espaço social e o espaço cultural apresentam distinções importantes. O primeiro relaciona-se às estruturas de organização e produção social, enquanto o segundo refere-se aos sentidos simbólicos e às relações de significação construídas pelos indivíduos, aspectos diretamente vinculados à formação da identidade cultural.

Em suma, a prática profissional marca a passagem da análise individual para uma perspectiva que apreende a realidade em sua totalidade e concretude histórica, focando nas relações travadas na esfera do cotidiano para colaborar na construção da identidade e do desenvolvimento da consciência crítica.

Fazer isto, na especificidade do trabalho das práticas psicológicas, significa atuar dentro de uma perspectiva da psicologia social, em uma visão sócio-histórica, junto às relações que são travadas na esfera do cotidiano, eliminando-se posturas reducionistas, psicologizantes e a históricas sobre os processos psicossociais. (CAMPOS, 2007, p.11).

Dessa forma, ao intervir no território compreendido não apenas como espaço geográfico, mas como um locus simbólico de convivialidade e significação a psicologia social comunitária possibilita que os marcadores identitários e as vivências cotidianas sejam ressignificados.

3.4 TERRITÓRIO, PERTENCIMENTO E VÍNCULOS COMUNITÁRIOS COMO FATORES DE PROTEÇÃO À SAÚDE MENTAL

Quanto à concepção do que é um território considerando os fatores de proteção à saúde mental do sujeito. Em primeiro momento é importante compreendermos a noção de território, que pode ser compreendido como um espaço de construção de subjetividades, no qual as experiências cotidianas, as relações sociais e os locais de convivência contribuem para a formação da identidade individual e coletiva. Por meio das interações estabelecidas nesse contexto, os sujeitos desenvolvem sentimentos de pertencimento, reconhecimento e participação social, elementos fundamentais para o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Desse modo, o vínculo necessita do grupo atuante – um ator socioterritorial –, pois território se efetiva mesmo quando envolve coletivos. Como método, a identificação desses elos isoladamente revelaria ainda o que estaria por fazer ou acontecer para efetivar a tensão apropriada com o espaço. A hipótese de estar a caminho, quem sabe não estaria revelando alguma de suas qualidades, ou seja, territorialidades se expressando em lugares, corações e mentes? (HEIDRICH, 2017, p. 10).

Quando preservado em sua dimensão simbólica e relacional, o território favorece a manutenção da memória coletiva, das referências culturais e do sentimento de identidade compartilhada. Nesse sentido, constitui-se como um importante fator de proteção à saúde mental, uma vez que fortalece redes de apoio, amplia o senso de pertencimento e contribui para a prevenção de processos de isolamento, vulnerabilidade social e sofrimento psíquico.

Para compreender a profundidade desse processo, é necessário visualizar o que é o vínculo. De acordo com Santeiro, Fernandes e Fernandes, (2021, p.29) “Vínculo é uma estrutura relacional em que ocorre experiência emocional entre duas ou mais pessoas ou partes da mesma pessoa. Tem espaço ou dimensão intrassubjetiva, intersubjetiva e transubjetiva”. Essa definição dialoga com a perspectiva da psicologia social comunitária, que entende o psiquismo como decorrente do sistema de relações e representações vividos no lugar, onde a pessoa é vista essencialmente como uma pessoa - relação.

Dessa forma, a saúde mental deixa de ser compreendida como um estado meramente interno para ser vista como o resultado da qualidade das relações que o sujeito estabelece no seu espaço vivido.

Dessa maneira, compreende-se que os espaços compartilhados no contexto comunitário constituem importantes elementos de promoção da saúde mental. Ao favorecerem o encontro, a convivência e a sociabilidade, o território deixa de ser entendido apenas como uma delimitação geográfica e passa a ser reconhecido como um espaço de construção de significados, pertencimento e vínculos. Nesse processo, as relações estabelecidas no cotidiano fortalecem as redes de apoio, o reconhecimento mútuo e a identidade coletiva, oferecendo suporte aos indivíduos diante das adversidades. Assim, território, pertencimento e vínculos comunitários configuram-se como fatores de proteção à saúde mental, na medida em que contribuem para a redução do isolamento social e para o fortalecimento dos recursos subjetivos e coletivos necessários ao bem-estar. (SANTEIRO; FERNANDES; E FERNANDES, 2021).

3.5 INFLUÊNCIA DO AMBIENTE NA SAÚDE MENTAL

A relação entre o ser humano e o espaço que ele habita transcende a mera ocupação física, constituindo-se como uma inter-relação dialética onde o ambiente molda a subjetividade e a saúde mental. Segundo Pina (2023), a Psicologia Ambiental surge como o campo científico dedicado a estudar essas transações, buscando promover o bem estar por meio de relações harmônicas entre pessoas e seus entornos.

A vida contemporânea nos centros urbanos impõe demandas constantes que podem comprometer o equilíbrio psíquico. Conforme aponta Carvalho (2024), o modo de vida acelerado, a alta densidade demográfica e a violência urbana geram diversas formas de estresse ambiental. Em contextos de vulnerabilidade socioambiental, esses estressores são agravados pela precariedade estrutural. Pina (2023) destaca que a restrição a bens materiais e a falta de espaços de lazer seguros impactam diretamente o desenvolvimento saudável, limitando as possibilidades de “respiro” das populações vulneráveis.

A influência do meio sobre o indivíduo é corroborada pelo modelo bioecológico de Urie Bronfenbrenner, o qual postula que: [...] o meio ambiente

ecológico é formado por estruturas convergentes que estão inter-relacionadas, ou seja, até o contexto mais distante do indivíduo passa a receber influência dele e vice-versa. (BRONFENBRENNER, 1996 apud PINA, 2023, p. 16).

A natureza ganha destaque nas pesquisas, por ser comprovado que o simples ato de visualizar elementos naturais pode reduzir significativamente o estresse. [...] apresentando, por exemplo, mudanças fisiológicas benéficas, como pressão arterial normalizada e redução da taxa cardíaca. (ULRICH, 1991 apud CARVALHO, 2024, p. 78).

A saúde mental está intrinsecamente ligada ao sentimento de pertencimento e à formação da identidade. De acordo com Costa (2023), o conceito de “Eu Lugar” reforça que o corpo humano é um receptáculo de lugares e, ao mesmo tempo, um lugar em relação ao mundo. O autor argumenta também que não existe aspecto da identidade pessoal que não esteja relacionado a algum aspecto da identidade de lugar, sendo que os espaços habitados falam sobre quem somos.

Nesse sentido, o processo de enraizamento é vital. Segundo Leyden (2003 apud Vitorette, 2024, p.22), define o enraizamento como a “relação intrínseca entre a formação da identidade psicossocial e o socioambiente”. Quando esse vínculo é rompido, ocorre o desenraizamento, um processo violento que pode gerar quadros de ansiedade, depressão e alienação social.

A configuração do ambiente físico é determinante na eficácia de tratamentos em saúde mental, especialmente em equipamentos como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs). A transição do modelo manicomial para o modelo de atenção psicossocial exige que o ambiente ofereça acolhimento e fuja da estética hospitalar fria. O conceito de ambiência é central para essa transformação, sendo entendido como o: [...] tratamento dado ao espaço físico entendido como espaço social, profissional e de relações interpessoais que deve proporcionar atenção acolhedora, humana e resolutiva. (BRASIL, 2010 apud CARVALHO, 2024, p. 81).

Silveira (2021) reforça que espaços que garantem a privacidade e o suporte social são essenciais para que moradores de SRTs ressignifiquem sua existência e conquistem autonomia fora das instituições asilares. Silveira (2021), aborda ainda que ambientes com características residenciais tendem a

aproximar a edificação da escala humana, tornando o design arquitetônico mais humanizado. Assim, observa-se que a influência do ambiente na saúde mental é um fenômeno multidimensional que abrange desde a infraestrutura urbana até a carga simbólica dos lugares.

Considerando que a Psicologia Ambiental compreende o ambiente como um elemento ativo na constituição das experiências humanas, torna-se relevante analisar como as transformações promovidas nos espaços comunitários podem influenciar o bem-estar e a qualidade de vida da população. Nesse sentido, a atuação das associações de moradores representa uma importante estratégia de intervenção no território, uma vez que suas ações podem produzir mudanças concretas no contexto físico e nas formas de relação estabelecidas entre os sujeitos e o ambiente.

3.6 IMPACTOS DO CONTEXTO FÍSICO

A atuação de uma associação de moradores pode produzir impactos significativos no contexto físico dos indivíduos, especialmente quando analisada à luz da Psicologia Ambiental. Essa área compreende que o ambiente físico não é apenas um cenário neutro, mas um elemento ativo na produção de comportamentos, emoções e formas de interação social.

Quando a associação atua na melhoria da infraestrutura local, como iluminação pública, saneamento básico, áreas de lazer e organização dos espaços coletivos, há uma transformação direta na forma como os indivíduos experienciam o ambiente. Espaços mais organizados, limpos e seguros tendem a favorecer sensações de bem-estar, conforto e pertencimento, enquanto ambientes degradados podem gerar estresse, insegurança e evitação de espaços públicos.

O processo de adaptação do indivíduo ao ambiente físico construído, pode gerar o bem-estar, proporcionando o prazer e boa qualidade de vida, e ao contrário, se o ambiente for constringente, levar a não adaptação ou mesmo a adaptação com um alto custo, podendo o indivíduo desenvolver sérios problemas de saúde. O descontentamento do indivíduo com o seu ambiente pode facilitar o surgimento de doenças físicas ou mentais. (AZEVEDO E MURILHA, 2022, p.7).

Outro ponto relevante é a percepção de controle e participação. Quando os moradores percebem que têm voz ativa nas decisões sobre o espaço onde vivem, há um aumento no senso de responsabilidade coletiva e cuidado com o ambiente físico. Esse processo fortalece vínculos comunitários e modifica a forma como o espaço é utilizado e preservado.

No entanto, é importante considerar que o impacto da associação não é automaticamente positivo. A efetividade das ações depende do nível de engajamento da comunidade, da escuta das demandas reais e da continuidade das intervenções. Sem isso, melhorias físicas podem ser pontuais e não produzir mudanças sustentáveis no comportamento ou na qualidade de vida. (AZEVEDO E MURILHA, 2022).

3.7 ENVELHECIMENTO E RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE

O envelhecimento humano é um processo natural. Segundo Oliveira, Figueiredo, Schiavo, Martins, Telles, Rodrigues e Mestriner (2020), trata-se de um fenômeno contínuo e inevitável, caracterizado por mudanças graduais nas estruturas corporais, nas funções fisiológicas, nos aspectos químicos e neuroquímicos, bem como nas condições psicológicas. Essas transformações reduzem progressivamente a vitalidade e a capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente.

Nesse contexto, a fragilidade física se configura como um importante fator de risco, uma vez que os indivíduos tendem a perder funcionalidade e passam a vivenciar restrições nas atividades de vida diária. Entre os eventos mais comuns, destacam-se a perda involuntária de peso, a redução da força muscular, a sensação de exaustão e a diminuição da velocidade durante a realização de atividades cotidianas, entre outros sinais clínicos.

A dança, por sua vez, apresenta potencial não apenas para minimizar o risco de quedas, por meio da melhora dos componentes físicos, mas também para atuar nos aspectos psicológicos, como o medo de cair, o humor e sintomas depressivos, promovendo benefícios em diferentes dimensões da vida (OLIVEIRA et al., 2020). Além disso, quando realizada em grupo, contribui para a interação social e para a ressignificação dos espaços vividos, favorecendo o sentimento de pertencimento e o bem-estar.

3.8 A PRÁTICA DA DANÇA CIRCULAR

A dança circular é uma prática de dança em grupo onde os indivíduos, em círculo, dançam músicas originárias ou contemporâneas ligadas à cultura daquele povo, onde o canto, o ritmo e a vivência promovem conexão entre os participantes. Este tipo de dança é presente no contexto histórico de muitos povos originários, onde este tipo de dança, em seu formato de círculo, relembra a união, a força, algo inteiro; fortalece vínculos, afetividade e muitas vezes está ligada ao sagrado, divino e ao ritualismo praticado por aquele povo. Segundo Pantoja e Barroso (2017, p.07):

Nas Danças Circulares a pessoa é despertada para estabelecer conexões, lançar pontes entre a mente, o coração e as mãos/os pés – o pensar, o sentir e o agir – de uma maneira eminentemente vivencial, dinâmica e participativa, através de um processo que integra: as danças de/em roda, a música e o canto; a história e os mitos universais de diferentes tradições culturais; exercícios corporais, momentos de silêncio e reflexão – visualização criativa e meditação; rodas de diálogo e partilha de experiências.

Atualmente o ministério da saúde do Brasil possui em seu rol de práticas integrativas e complementares em saúde (PICS), a dança circular como um recurso terapêutico aliado às PICS, desta forma, podendo ser ofertada junto ao sistema único de saúde (SUS), para que possa “[...] favorecer a aprendizagem e a interconexão harmoniosa e promover a integração humana, o auxílio mútuo e a igualdade visando o bem-estar físico, mental, emocional e social” (BRASIL, 2022).

Entre estudos realizados por pesquisadores da área de dança e cuidado em saúde física e mental, Borges (2013) destaca que, “O ponto de concordância mais forte entre as escolas de meditação e danças circulares é a importância de se reexercitar a atenção e alcançar o relaxamento.”, pois com isso, o praticante da dança circular

[...] aprende que através da dança o alongar e o relaxar dos músculos proporciona um alívio e bem-estar que talvez nunca tenha vivenciado antes, o praticante desenvolverá seus próprios padrões de defesa característicos, que se expressarão em sua postura física, em seus movimentos coordenados e em um comportamento mais calmo perante a vida e em suas relações. (BORGES, 2013, n.p)

Pantoja e Barroso (2017), destacam que a prática desta dança pode auxiliar o participante a ter mais consciência corporal, ajudando na concentração em conjunção com o emocional, memória corporal e afetiva, trazendo potencialidades para as vivências e reflexões do indivíduo. Os autores também dissertam sobre os benefícios da prática em grupo:

As Danças Circulares configuram a criação de um espaço favorável à eclosão de estados emocionais positivos, por aquele sentido de “presença no aqui e agora” experimentado, tornando-se um recurso importante em contextos grupais/coletivos, uma vez que estimulam a cooperação, despertam o respeito pelo outro, a busca de integração, a inclusão e o acolhimento das diferenças na convivência. (PANTOJA E BARROSO, 2017, p.05).

Em consonância com os relatos acima, a prática da dança circular com o grupo de mães na associação de moradores já citada neste referido trabalho, da-se como uma intervenção benéfica para o fortalecimento de vínculos e acolhimento entre os participantes, conexão com o ambiente, além de exercitar a saúde física e proporcionar relaxamento, podendo também ser integrada com práticas voltadas para o cuidado em saúde mental.

3.9 FANZINE: ESCUTA E VALORIZAÇÃO DAS VIVÊNCIAS

O fanzine, derivado da contração do termo inglês fanatic magazine, configura-se como uma ferramenta de comunicação alternativa, amadora e independente, produzida sem o auxílio de editoras convencionais. Historicamente utilizado para a expressão cultural e fortalecimento de grupos marginalizados, o fanzine caracteriza-se pela autonomia editorial, sendo uma forma de expressão onde o que define a publicação é o desejo do editor ou do coletivo de compartilhar ideias e experiências. Segundo Assumpção, Pina e Souza Junior (2011), esse recurso ultrapassa a dimensão estética e atua como uma estratégia de escuta e participação social, permitindo que o conteúdo seja construído de forma polifômultivocal e colaborativa.

Ao aplicar essa ferramenta ao trabalho com idosos, a construção do fanzine assume um caráter de "trabalho de memória", pois recordar não é apenas reviver, mas refazer e repensar as experiências do passado com as

imagens do presente. Conforme apontam Correa e Justo (2010), o resgate de histórias de vida possibilita o contato com o processo de construção identitária, uma vez que a lembrança constitui uma representação que os sujeitos fazem de sua própria existência. Nesse sentido, o fanzine torna-se um suporte material para que essas memórias ganhem corpo e sentidos polissêmicos, transformando o ato de lembrar em um ato político de confronto com o presente.

A construção coletiva de um fanzine sobre as histórias das mulheres da associação de moradores Castelo Branco Cohab, pretende, portanto, democratizar a história, dando voz àquelas que frequentemente são negligenciadas pelos registros oficiais. Através do registro de narrativas orais, uma "história vista de baixo", é possível valorizar essas mulheres como sujeitos históricos e protagonistas de suas próprias trajetórias. Assim, a publicação não apenas fortalece vínculos comunitários e valoriza saberes locais, mas também promove a reinserção social, articulando memória e identidade como formas de resistência e representação social.

3.10 CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA ORAL E DE VIDA PARA AS PESQUISAS SOCIAIS

A implementação da História Oral e da História de Vida nas pesquisas sociais contemporâneas ultrapassa a simples coleta de dados, configurando-se como um ato político e científico de democratização do saber. Referente a isso, Santos e Silva (2022), abordam que:

Este paradigma está diretamente relacionado com a equalização de oportunidades entre os diferentes atores sociais, independentemente de sua classe, sexo, religião ou quaisquer outros aspectos que possam deixá-los de fora de processos que permeiam a sociedade em que estão inseridos. Logo, a História Oral democratiza a história em si, à medida que analisa, por exemplo, a experiência vivida por pessoas e não somente aspectos políticos de um tempo. (SANTOS; SILVA, 2022, p. 50).

Essas metodologias permitem a construção de uma história que integra a subjetividade e a memória de sujeitos historicamente silenciados,

preenchendo as lacunas deixadas pelos registros oficiais e conferindo ao entrevistado o status de colaborador ativo na produção do conhecimento.

A transição de uma história puramente quantitativa e documental para uma abordagem qualitativa permitiu que as Ciências Sociais passassem a considerar as experiências de vida e as representações simbólicas como fontes legítimas. Segundo Santos e Silva (2022), a História Oral inova ao possibilitar a inserção de múltiplos sujeitos e suas experiências, transformando trajetórias individuais e representações de grupos sociais em fontes de estudo essenciais para a compreensão holística da realidade.

O método não visa apenas registrar fatos, mas sim dar protagonismo a quem foi ignorado pelas narrativas dominantes. [...] "um dos compromissos da história oral é 'dar voz aos excluídos e marginalizados'" (FERREIRA, 1998, p. 1 apud SANTOS; SILVA, 2022, p. 45). Essa perspectiva permite que analfabetos, prisioneiros, mulheres e minorias étnicas sejam reconhecidos como sujeitos históricos, cujos relatos esclarecem processos que a documentação escrita muitas vezes falha em elucidar. Para que o relato oral seja elevado à condição de fonte científica, é imperativo que o pesquisador siga critérios rigorosos de análise e registro, garantindo a fidedignidade da memória sem impor suas próprias opiniões. A definição do método exige uma postura técnica específica:

Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (ALBERTI, 2013, p. 24 apud SANTOS; SILVA, 2022, p. 47).

A História de Vida, embora distinta da História Oral em sua abrangência, compartilha o foco na subjetividade. O pesquisador deixa de ser um mero observador para se tornar um facilitador de um "encontro social" marcado pela empatia, onde a narrativa do entrevistado não é vista como menos verdadeira do que os documentos oficiais, mas sim como uma interpretação rica e necessária do passado vivido. Sendo a entrevista o principal meio de aproximar o entrevistador e o entrevistado, esta ferramenta colabora para que o historiador/pesquisador esteja imerso no cotidiano de seu público-alvo. (SANTOS; SILVA, 2022, p. 48).

Neste sentido, a história oral, vem a ser mais mediadora do que julgadora, na tentativa de preencher lacunas e desfazer as chamadas “oposições” criadas pela história tradicional.(SANTOS, SILVA, 2022, p. 50). Em suma, a utilização dessas metodologias promove uma reinterpretação da história, reconhecendo que a história se renova através do tempo. Ao validar o depoimento oral, o mundo acadêmico não apenas enriquece seus acervos, mas cumpre uma função social essencial: a de garantir que o futuro democrático seja construído sobre um passado onde todas as vozes, e não apenas as dos "superiores", possam ser ouvidas.

3.11 HISTÓRIA DO BAIRRO AVENTUREIRO E RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

O território não se constitui apenas como um espaço físico, mas como um espaço carregado de significados sociais, históricos e afetivos, diretamente relacionado à construção das identidades coletivas e individuais. Conforme Mairesse e Fonseca (2002), a memória consiste em um meio de transformar os lugares, pois ela se constrói no encontro com os acontecimentos presentes. Nesse sentido, compreender a história do bairro Aventureiro é fundamental para analisar como os moradores ressignificam seu espaço vivido através de suas trajetórias.

A gênese do bairro Aventureiro está intrinsecamente ligada à vida comunitária e ao lazer. O nome do território derivou do Aventureiro Esporte Clube, fundado em 1º de dezembro de 1951; o costume de os adversários dizerem "vamos ao campo do Aventureiro" acabou por batizar a região. Originalmente, o sustento das famílias vinha da lavoura (banana, aipim, arroz, cana-de-açúcar) e da pesca artesanal no rio Cubatão e no mar, onde as canoas partiam do antigo "Portinho", (JOINVILLE, 2017).

O processo de urbanização acelerada ocorreu na segunda metade do século XX, impulsionado pela industrialização de Joinville. A instalação da Metalúrgica Duque S/A atraiu mão de obra e alterou a dinâmica econômica do bairro. Contudo, a ocupação populacional intensiva consolidou-se em 1981, com a implantação do Conjunto Habitacional Castello Branco (popularmente conhecido como Cohab do Aventureiro), tornando-o hoje um dos bairros mais populosos e densamente residenciais da cidade, (JOINVILLE, 2017).

Sob a perspectiva da Psicologia Ambiental e Comunitária, esse "espaço vivido" expressa relações de resistência e produção de subjetividade. Ao resgatar as narrativas locais, este projeto não busca apenas o "lembrar por lembrar", mas sim transformar a lembrança em um ato político de confronto com o presente. Como apontam Correa e Justo (2010), o exercício da memória permite que o idoso recupere o sentimento de pertença a uma história da qual ele foi participante ativo, muitas vezes expropriado pelos registros oficiais.

A valorização das narrativas das mulheres da associação contribui para uma "democratização da história", dando voz a sujeitos que frequentemente ocupam as margens dos registros históricos tradicionais. Ao registrar essas histórias de vida, o projeto promove a valorização dessas moradoras como protagonistas de seu território, articulando memória social e participação coletiva para fortalecer os vínculos comunitários e enfrentar as vulnerabilidades sociais do bairro Aventureiro.

3.12 MEMÓRIA, NARRATIVA E PERTENCIMENTO SOCIAL NA VELHICE

A memória exerce importante função na constituição da identidade individual e coletiva, especialmente na velhice, período em que as experiências vividas assumem papel significativo na elaboração da própria trajetória. Conforme Correa e Justo (2010), o trabalho com memórias de idosos ultrapassa o simples exercício de recordar acontecimentos passados, configurando-se como um processo de ressignificação das experiências e fortalecimento do sentimento de pertencimento social.

Um dos papéis sociais atribuídos ao idoso é o de ser a memória coletiva de seu grupo social, transmitindo um legado cultural. A narrativa possibilita que as memórias "ganhem corpo e sentidos polissêmicos. (CORREA E JUSTO, 2010, p.1).

Permitindo que o sujeito reconstrua sua história a partir das relações estabelecidas no presente. Nesse sentido, recordar não significa apenas reviver fatos, mas reconstruí-los criticamente, articulando passado, presente e futuro. Assim, a memória constitui-se como um trabalho ativo e político, capaz

de produzir reflexões sobre o lugar social ocupado pelos idosos na contemporaneidade.

A experiência narrativa também favorece a valorização das histórias de vida e dos saberes construídos ao longo do tempo, possibilitando espaços de interlocução frequentemente negados às pessoas idosas. Correa e Justo (2010) ressaltam que muitos idosos vivenciam processos de invisibilidade social, tendo suas experiências silenciadas em uma sociedade marcada pela aceleração do tempo e pela valorização da produtividade. Dessa forma, criar espaços coletivos de escuta e compartilhamento de narrativas representa uma estratégia de reinserção social e fortalecimento identitário.

Além disso, o trabalho com memória coletiva permite compreender o território como espaço carregado de afetos, significados e experiências compartilhadas. Ao narrar suas vivências relacionadas ao bairro, à comunidade e às transformações sociais do ambiente, os sujeitos reafirmam vínculos com o espaço vivido e fortalecem sentimentos de pertencimento comunitário.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, por buscar produzir intervenções voltadas à compreensão de situações reais relacionadas à saúde, ao bem-estar e às condições sociais e ambientais vivenciadas pelas participantes.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que objetiva compreender experiências, percepções e significados atribuídos pelas participantes às suas vivências no território e às relações estabelecidas com o ambiente em que estão inseridas. Conforme Lösch, Rambo, Ferreira, 2023, p.4

A pesquisa qualitativa em Educação é um tipo de investigação que procura compreender fenômenos sociais, culturais e educacionais por meio da análise de dados subjetivos, tais como entrevistas, observações, relatórios de vida, entre outros. Seu escopo é obter uma compreensão profunda e detalhada do assunto em questão, ao invés de mensurar quantitativamente o fenômeno.

À luz dessa concepção, a pesquisa qualitativa possibilita uma compreensão mais ampla da realidade investigada, valorizando as experiências dos participantes contribuindo para a análise dos aspectos sociais, ambientais e comunitários presentes no contexto estudado.

Quanto aos fins da pesquisa, classifica-se como exploratória, por possibilitar maior aproximação e compreensão da relação entre indivíduo, território e comunidade no contexto estudado.

As pesquisas exploratórias vêm sendo utilizadas cada vez mais para investigar os fenômenos complexos da realidade educacional. Esse tipo de investigação busca respostas para questionamentos e dedica-se a identificar e compreender fatos/acometimentos da educação que precisam ser explorados. Não se trata de uma simples consulta popular, o propósito é envolver o sujeito que participará desse processo de investigação em um momento de reflexão, análise da realidade e produção de conhecimento. (LÖSCH, RAMBO, FERREIRA, 2023, p.3).

Dessa forma, a pesquisa exploratória mostra-se adequada aos objetivos do projeto de extensão, pois permite compreender de maneira mais aprofundada as experiências, percepções e relações estabelecidas entre indivíduos e o território em que estão inseridos. Além disso, favorece a reflexão crítica sobre a realidade investigada, contribuindo para construção de conhecimentos relevantes acerca da dinâmica comunitária e de seus impactos no contexto analisado.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa utilizará a história oral como estratégia metodológica, buscando compreender as experiências, memórias e percepções das participantes acerca da comunidade e de sua relação com o território. Por meio dos relatos de vida e das narrativas construídas coletivamente, pretende-se conhecer os significados atribuídos ao ambiente comunitário e sua influência no fortalecimento dos vínculos, do pertencimento e da saúde mental.

Além disso, quanto aos procedimentos de pesquisa, utiliza-se da pesquisa bibliográfica como suporte teórico para fundamentação das discussões relacionadas à Psicologia Ambiental, memória social, território e fortalecimento comunitário.

“Na pesquisa bibliográfica, o profissional envolvido analisa e avalia criticamente as fontes bibliográficas coletadas durante o levantamento bibliográfico. Nessa etapa, são examinadas as fontes de informação selecionadas, feitas anotações, resumidos os principais pontos, identificados padrões e tendências, destacadas as lacunas no conhecimento e elaborada uma síntese das informações relevantes para o trabalho”. (LÖSCH, RAMBO, FERREIRA, 2023, p.12).

A pesquisa bibliográfica contribui para a construção do referencial teórico que sustenta as análises desenvolvidas neste projeto. Possibilitando a compreensão dos conceitos e discussões relacionadas à Psicologia Ambiental, memória social, território e fortalecimento comunitário.

E também a pesquisa participante que é um dos pilares metodológicos fundamentais da Psicologia Social Comunitária, pois rompe com a perspectiva de neutralidade da ciência tradicional ao propor que o conhecimento não seja um dado estático, mas um processo construído na interação entre o profissional e os sujeitos da investigação. Nessa abordagem, o pesquisador se

envolve diretamente com o contexto social, unindo o saber acadêmico à práxis da comunidade para identificar demandas e buscar soluções para problemas cotidianos, visando sempre o desenvolvimento da consciência crítica e a autonomia dos grupos envolvidos.

Em termos de metodologia, utiliza-se sobretudo a metodologia da pesquisa participante, na qual o pesquisador e os sujeitos da pesquisa trabalham juntos na busca de explicações para os problemas colocados, e no planejamento e execução de programas de transformação da realidade vivida. (CAMPOS, 2007, p. 11)

Dessa forma, a aplicação desse método nas intervenções psicossociais garante que os grupos populares deixem de ser vistos como meros objetos de estudo e passem a ser reconhecidos como sujeitos ativos de sua própria história. Ao priorizar o vínculo e a construção conjunta de sentidos, a pesquisa participante materializa o compromisso ético e político da psicologia com a transformação social, transformando os espaços compartilhados no território em campos de resistência e de fortalecimento da dignidade humana.

4.2 COLETA DE DADOS

Como instrumentos de coleta de dados, serão utilizados registros das falas das participantes por meio de anotações em diário de campo, com atenção às percepções, sentimentos e significados atribuídos aos espaços e contextos vivenciados. Também poderão ser considerados os roteiros de condução dos encontros e os materiais produzidos durante as atividades, como registros escritos e produções destinadas à exposição.

No contexto da prática psicológica, o diário de campo pode ser utilizado como uma ferramenta de registro das experiências e situações vivenciadas pelo profissional ao longo de sua atuação. Esse instrumento contribui para a reflexão sobre a prática, permitindo a construção de conhecimentos baseados na experiência cotidiana e não apenas em saberes formalizados. Além disso, o diário de campo também pode assumir um caráter narrativo e subjetivo,

envolvendo a participação e as interpretações do próprio autor durante o processo de escrita (FREITAS; PEREIRA, 2018).

As etapas metodológicas incluem, inicialmente, a aproximação com o campo e o estabelecimento de vínculo, por meio de visitas técnicas e contato com lideranças locais. Em seguida, serão realizadas rodas de conversa e espaços de escuta ativa, nos quais as participantes poderão expressar suas necessidades e vivências, abordando temas como relações familiares, violência, racismo e condições de infraestrutura (LIMA et al., 2024). Por fim, ocorrerá a sistematização das demandas, com a definição conjunta de prioridades, assegurando o protagonismo da comunidade no processo de transformação (LIMA et al., 2024; OLIVEIRA, 2017).

É importante frisar que a história de vida também estará presente no Projeto de Extensão, uma vez que possibilita compreender as trajetórias, experiências e percepções das participantes acerca da comunidade em que vivem. Por meio de suas narrativas, será possível identificar os significados atribuídos ao território, às relações comunitárias e às vivências que contribuíram para a construção de vínculos e do sentimento de pertencimento.

Perazzo (2015, p. 123, apud Santos; Silva, 2022, p. 55) afirma que "cada sujeito, ao narrar sua trajetória de vida, se revela uma testemunha e um artífice da história". Assim, as narrativas das participantes constituíram uma importante fonte de informações para a compreensão da relação entre trajetória de vida, território, pertencimento e vínculos comunitários.

Complementarmente, para a produção dos dados empíricos e a apreensão das experiências e percepções dos participantes acerca da realidade investigada, utilizou-se a entrevista como instrumento de coleta de dados.

No mesmo processo, a entrevista é uma ferramenta importante para coletar dados em pesquisas qualitativas na área de Educação. Através das entrevistas (estruturadas, não estruturadas, semiestruturadas), os pesquisadores podem obter informações detalhadas e profundas sobre as percepções, atitudes e experiências dos participantes. (LÖSCH, RAMBO, FERREIRA, 2023, p.13).

Dessa forma, a utilização da entrevista como instrumento de coleta de dados possibilita o acesso às percepções, experiências e significados

atribuídos pelos participantes às suas vivências no território. Esse procedimento mostra-se coerente com a abordagem qualitativa adotada, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada estabelecida entre indivíduo, comunidade e ambiente.

4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O estudo será realizado em uma associação de moradores, Castelo Branco Cohab, localizada no bairro Aventureiro, no município de Joinville, Santa Catarina, articulando-se às atividades e projetos já desenvolvidos pela instituição. O território constitui elemento central da pesquisa, Segundo Campos (2007), a Psicologia Social Comunitária busca contribuir para a construção de espaços de convivência e participação que conectem os indivíduos aos seus territórios, sejam eles físicos ou simbólicos. Esses espaços favorecem o fortalecimento dos vínculos sociais, do sentimento de pertencimento e da dignidade humana, além de atuarem no enfrentamento dos processos de exclusão social, compreendido não apenas como espaço físico, mas como espaço social, histórico e afetivo, marcado pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e o ambiente em que vivem.

A população da pesquisa será composta por mulheres participantes do grupo de encontro de mães vinculado à associação de moradores, sendo este o principal espaço de desenvolvimento das atividades propostas.

A amostra será definida por adesão voluntária, considerando como critérios de inclusão mulheres maiores de 18 anos que participem dos encontros grupais promovidos pelo projeto nas quartas-feiras à tarde no horário de 14h às 17h e manifestem interesse em participar do projeto.

As atividades do projeto de extensão serão desenvolvidas ao longo de oito encontros. O primeiro encontro ocorrerá de forma on-line com a presidente da Associação de Moradores Castelo Branco Cohab, senhora Aurélia, com o objetivo de realizar uma aproximação inicial, apresentar a proposta do projeto de extensão e conhecer as oficinas e atividades desenvolvidas pela associação.

O segundo encontro acontecerá presencialmente na Associação de Moradores Castelo Branco Cohab. Contudo, a presidente Aurélia não poderá comparecer à reunião, impossibilitando a continuidade das tratativas previstas para aquele momento.

O terceiro encontro será realizado presencialmente junto ao grupo de mães da associação, sob a mediação da líder do grupo, senhora Augusta. Nesse momento, será possível conhecer a dinâmica de funcionamento do grupo, compreender suas atividades e estabelecer um primeiro contato com as participantes, além de validar o interesse e a participação delas no projeto de extensão.

O quarto encontro também ocorrerá junto ao grupo de mães e será dedicado à coleta das assinaturas dos Termos de Autorização para Uso de Imagem e Voz. Na ocasião, serão realizados registros fotográficos das atividades desenvolvidas pelo grupo, incluindo o Show de Prêmios e os materiais produzidos pelas participantes.

No quinto encontro serão realizadas entrevistas com as integrantes do grupo de mães, possibilitando o registro de suas histórias, vivências e trajetórias relacionadas à participação na associação.

O sexto encontro terá como foco a continuidade dos registros dos trabalhos manuais e demais materiais confeccionados pelas participantes, visando documentar as produções desenvolvidas ao longo das atividades do grupo.

Por fim, no sétimo encontro será realizada uma atividade de dança circular com as participantes, proporcionando um momento de interação, integração e fortalecimento dos vínculos grupais, bem como a entrega dos fanzines produzidos a partir das entrevistas realizadas com as participantes. Também será apresentado o vídeo elaborado com base nos registros coletados durante os encontros, possibilitando a socialização dos resultados e a valorização das histórias compartilhadas pelas integrantes do grupo.

4.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados serão constituídos a partir das narrativas produzidas pelas participantes por meio da história oral e da história de vida. Os relatos serão organizados e analisados com o objetivo de compreender os significados atribuídos ao território, às relações comunitárias e às experiências vivenciadas na comunidade. A partir dessas narrativas, busca-se identificar elementos relacionados à construção de vínculos, ao sentimento de pertencimento e às repercussões dessas experiências na saúde mental das participantes.

Essas produções serão registradas em diário de campo e analisadas posteriormente por meio de categorização temática, conforme Freitas; Pereira (2018, p.1), Para o profissional, principalmente em formação, o registro das vivências em diário de campo permite uma reflexão e uma revisão de suas práticas, permitindo articular as experiências vividas no grupo com a construção de conhecimento científico. Assim, estabelece-se uma relação direta entre intervenção, produção de dados e análise, na qual o processo grupal constitui simultaneamente espaço de cuidado, reflexão e investigação.

Neste processo, o diário de campo contribuirá para a produção do fanzine ao funcionar como um dispositivo de análise que subsidia a seleção das narrativas e estéticas que irão compor a publicação. Como o diário permite o registro de afetações, incômodos e percepções produzidas no encontro, ele ajuda o pesquisador a identificar os sentidos que os sujeitos atribuem às suas experiências, transformando a "vida social" captada nas relações em conteúdo para a mídia alternativa. De acordo com Mairesse e Fonseca, (2002, p.114), o registrar e escrever do contado podem vir a ser problematizados [...] como matéria a se constituir no próprio ato de sua invenção. Dessa forma, o diário de campo funciona como o elo que permite a transição do "espaço vivido" no território para a materialidade do fanzine.

5. CRONOGRAMA:

5.1 CRONOGRAMA GERAL 160h

Entrega do pré-projeto	06 de Abril
Entrega do projeto final com o cronograma das ações	30 de Abril
Entrega dos materiais elaborados para o desenvolvimento das atividades previstas (Anexo ao Projeto)	11 de Maio
Entrega do relatório das ações desenvolvidas no projeto de extensão	30 de Junho

5.2 CRONOGRAMA DAS AÇÕES

PROPOSTA	DATA
Reunião online com a presidente da Associação de moradores Castelo Branco Cohab	08/04
Ida até a Associação de moradores para reunião, mas a Aurélia não compareceu	13/04

Reunião com o grupo de mães na Associação de moradores	28/04
Reunião com a Associação de moradores Jardim Francine	01/05
Registro dos materiais produzidos pelo grupo de mães, coleta de assinatura das autorizações de uso de imagem e som.	13/05
Registro dos depoimento das integrantes do grupo de mães	19/05
Registro dos materiais produzidos pelas mães	10/06
Dança circular com café	13/06
Exposição dos materiais no pátio da faculdade	15/06

AÇÕES

DATA/LOCAL	O QUE IRÃO “OFERECER” Qual será a ação	COMO CADA INTEGRANTE IRÁ CONTRIBUIR
13/05 10/06	Registro e documentação das oficinas e também registro dos materiais produzidos. Com o objetivo de produzir catálogo, e fazer divulgação, pensando em trazer visibilidade para a associação e o trabalho realizado.	Será intercalado em duas semanas de registro, uma semana vai metade dos acadêmicos, na outra semana vai a outra metade. Registro em fotos e vídeos, das oficinas e dos materiais que estão sendo produzidos.
DATA/LOCAL Data a definir. Local: Associação de moradores e redes sociais. 15 e 16/06	O QUE IRÃO “OFERECER” Qual será a ação: DIVULGAÇÃO DE EVENTOS E ATIVIDADES A divulgação será realizada a fim de integrar e informar a comunidade local sobre os eventos/atividades que irão ser realizadas pelos estudantes durante o período do projeto de extensão na Associação de Moradores do bairro Adventureiro. Os convites serão disponibilizados para a comunidade local via	COMO CADA INTEGRANTE IRÁ CONTRIBUIR: Os integrantes irão contribuir realizando posts e convites com informações importantes sobre eventos/atividades que serão realizadas no local. Os posts irão conter todas as informações que a comunidade precisa saber para o evento / atividade. Os integrantes irão utilizar de suas habilidades e potencialidades para realização das artes de divulgação.

	WhatsApp/ redes sociais e convites físicos impressos.	
DATA/LOCAL 19/05	<p>O QUE IRÃO “OFERECER” Qual será a ação: REGISTRO DOCUMENTAL - HISTÓRIA</p> <p>Coleta de dados históricos e relatos subjetivos por meio de vídeos, áudios, cartas, fotografias e documentos.</p> <p>A ação visa produzir recursos visuais digitais (vídeo documental) e físicos (fanzine), buscando proporcionar reflexão acerca das potencialidades existentes dentro da comunidade, exibir e registrar os percursos vivenciados pelos participantes da associação e produzir recordações palpáveis.</p>	<p>COMO CADA INTEGRANTE IRÁ CONTRIBUIR:</p> <p>Os integrantes irão se dividir em microgrupos para realizar a coleta de relatos, fotografias, acervos documentais, áudios, vídeos, publicações e demais registros históricos referentes à associação.</p> <p>Sequencialmente irão elaborar um vídeo documental com as informações obtidas e conjuntamente realizar a produção manual das fanzines, com base nos acessos alcançados.</p> <p>Por fim, exibiram, como grande grupo, a produção virtual na faculdade INESA e na associação de moradores, entregando para as participantes do grupo de mães (25 mulheres) as produções manuais.</p>
DATA/LOCAL 15/06	<p>O QUE IRÃO “OFERECER” Qual será a ação: EXPOSIÇÃO</p> <p>Exposição na faculdade Inesa, como forma de divulgação dos trabalhos realizados e as histórias das pessoas que frequentam a associação, para promover a visibilidade.</p>	<p>COMO CADA INTEGRANTE IRÁ CONTRIBUIR:</p> <p>Cada integrante do grupo irá se responsabilizar pela organização da exposição dos registros e documentos produzidos, como vídeos, fotos impressas e produções dos integrantes da associação. Será realizada uma decoração e explicação dos temas apresentados.</p>

DATA/LOCAL	O QUE IRÃO “OFERECER”	COMO CADA INTEGRANTE IRÁ CONTRIBUIR:
13/06	<p data-bbox="411 235 654 268">Qual será a ação:</p> <p data-bbox="411 302 699 336">DANÇA CIRCULAR</p> <p data-bbox="411 369 861 772">Propõe-se a realização de uma dança circular com as mulheres da associação como uma atividade coletiva em roda, com movimentos simples e acessíveis. A ação tem como objetivo promover dentro da Associação de Moradores a integração do grupo, fortalecer vínculos, estimular a expressão emocional e favorecer o bem-estar.</p>	<p data-bbox="885 302 1378 638">Cada integrante do grupo irá contribuir de forma ativa e singular para a construção da experiência coletiva. Algumas poderão auxiliar na escolha das músicas e dos ritmos, outras na condução dos movimentos da dança, orientando o grupo. Há também quem contribua incentivando a participação.</p>

6. ORÇAMENTO:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
HONORÁRIOS	1	R\$ 269,04
RECURSO IMPRESSO	40 folhas	R\$ 6,00
COFFEE BREAK	12 itens	R\$ 200,00

7. APÊNDICES:

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada

1. Uma breve apresentação de si.
2. A quanto tempo frequenta o grupo de mães?
3. Como conheceu a associação?
4. Como conheceu o grupo de mães?
5. Quais grupos você participa, para além do grupo de mães?
6. O que você conhece da história da associação?
7. Como é a rotina do grupo?
8. Como sente que o grupo/associação ajudou em sua vida?
9. Quais pontos poderiam melhorar dentro a atual realidade (grupal, não estrutural)?
10. O que você identifica como a melhor parte do grupo de mães?

APÊNDICE B – Registro em fotos e vídeo das atividades desenvolvidas



8. ANEXOS

Anexo A – Autorização para realização do projeto de extensão



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SANTO ANTÔNIO
Mantido pela Sociedade Educacional Santo Antônio Rua
Papa João XXIII - 1100 - Iriú Fone: (47) 3145-5000
Joinville - Santa Catarina - CEP 89.227-301

Ilmo(a). Sr.(a)

Maria Augusta Fröhlich
Prof.

Joinville, 24 de maio de 2026.

Prezado(a) Senhor(a)

O Instituto de Ensino Superior Santo Antônio, através de sua Coordenação e Professores, vem por meio desta, apresentar os(as) acadêmicos(as)

Sarah M. B. Paes, Sarah Raulino Pereira, Leticia Muller de Lins, Guilherme Vargas, Kizia Ribeiro da Conceição, Larissa Campos Medeiros de Souza, Camila Selver Hoff, Tatiana Mariléia Alves Duarte, Tais Letícia da Rosa

regularmente matriculados (as) no 7º semestre do curso de Bacharelado em Psicologia, na disciplina de Psicologia Social Comunitária, para o qual solicitamos vossa atenção no sentido de conhecer a história da associação e das mulheres que participam do grupo de mães por meio de relatos de vivências.

Contando com o apoio que recebemos por parte de V. SA., desde já agradeço e reitero protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SANTO ANTÔNIO
Mantido pela Sociedade Educacional Santo Antônio Rua
Papa João XXIII - 1100 - Ipiriú Fone: (47) 3145-5000
Joinville - Santa Catarina - CEP 89.227-301

Patrícia Metz da Fonseca Lemos

Patrícia Metz da Fonseca Lemos
Coordenadora do Curso de Bacharelado em Psicologia

Édina Francini Simão Hack

Édina Francini Simão Hack
Professora da Psicologia Social Comunitária

Marcilei Kraft Hounsell

Marcilei Kraft Hounsell
Professora da Psicologia Social Comunitária

Anexo B – Termos de autorização de uso de imagem e voz



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SANTO ANTÔNIO
Mantido pela Sociedade Educacional Santo Antônio
Rua Papa João XXIII - 1100 - Iriirú Fone: (047) 3145-5000
Joinville - Santa Catarina - CEP 89.227-301

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente à Av/Rua _____, nº _____, complemento _____, cidade de _____, Estado _____

AUTORIZO, o uso de minha imagem e voz por meio de fotos, vídeos e documentos, para serem utilizados em ações de valorização da história da Associação _____ e de cada uma das participantes que integram o Grupo de Mães. A atividade será destinada à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso de imagem e voz em todo território nacional, das seguintes formas: Instagram; cartazes; fanzine (revista impressa), painéis, relatório e vídeo. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e voz ou a qualquer outro.

Joinville _____, _____, de 2026.

(Assinatura)

Por questões de sigilo e preservação dos dados pessoais das participantes, apresenta-se neste anexo apenas o modelo do termo utilizado. As vias assinadas encontram-se arquivadas pela docente responsável pelo projeto. Por questões de sigilo e preservação dos dados pessoais das participantes, apresenta-se neste anexo apenas o modelo do termo utilizado. As vias assinadas encontram-se arquivadas pela docente responsável pelo projeto.

Anexo C – Solicitação de permissão para oferecer o café



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SANTO ANTÔNIO

Mantido pela Sociedade Educacional Santo Antônio

Rua Papa João XXIII - 1100 - Iriirú CEP 89.227-301

Joinville - Santa Catarina

Joinville, 09 de Junho de 2026.

Cursos: Bacharelado em Psicologia

Professoras: Édina Francini Simão Hack e Marcilei Krafp Hounsell

Disciplina: Projetos Extensionistas em Intervenção Social e Comunitária

Referente: Solicitação de permissão para oferecer um Café

Por meio desta, solicita-se permissão para oferecer um café da manhã às mulheres que frequentam a Associação Castelo Branco COHAB, no dia 13 de junho de 2026, a partir de 8h, a ser fornecido pelos acadêmicos do curso de Bacharelado em Psicologia, todos da Faculdade INESA.

Na referida ocasião, pretende-se oferecer os seguintes alimentos: pão, queijo, presunto, bolos, pão de queijo, café, leite e suco.

Dessa forma, a fim de bem se executar essa atividade e, especialmente, observar todo o cuidado em relação à saúde das pessoas envolvidas, solicita-se a referida permissão e as devidas orientações sobre restrições ou proibições alimentares para a ocasião.

Solicita-se, ainda, que toda e qualquer orientação de medida necessária a ser observada para o bom êxito da oferta desses alimentos seja expressa de forma escrita aos acadêmicos até a data de 10/06/26, a fim de que possam fazer todas as adaptações necessárias.

Desde já, agradecemos a atenção e estaremos à disposição para bem atendê-los, observando todas as recomendações.

Atenciosamente,

Professoras Édina Francini Simão Hack e Marcilei Krafp Hounsell

Representante da Associação

Nome: Mariza Auguste Fischlich

CPF: 029.913.139.02

Autorização concedida? Sim

Restrições alimentares a serem observadas ou outras
restrições/recomendações? Sem restrição

9. REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Douglas Junio Fernandes; PINA, Eduardo Menezes; SOUZA JUNIOR, José Calasanz Piedade de. Fanzine como mídia alternativa: uma análise do cenário belemense. **Revista ALTERJOR**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-19, jul./dez. 2011.

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos. A Psicologia Social, Comunitária e Social Comunitária: definições dos objetos de estudo. **Psicologia & foco**, Aracaju, Faculdade Pio Décimo, v. 3, n. 3, jul./dez. 2009.

AZEVEDO, M.; MURILHA, D. Psicologia ambiental: espaço construído e comportamento humano. In: **CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIFIO (CIC)**, 2022, Ourinhos. Anais [...] Ourinhos: Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (UniFIO/FEMM), 2022. p. 1-8. Disponível em: <http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2022/pdf/03.18.pdf>. Acesso em: 6 maio 2026.

BORGES, Caroline de Miranda. Dança Circular. Pesquisa e prática de danças circulares tradicionais brasileiras: danza circular. investigación y práctica de danzas circulares tradicionales brasileñas. Efdeportes.Com, **Revista Digital, Buenos Aires**, v. 184, n. 18, n.p., set. 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acesso em: 05 jun. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Dança circular**. Recursos terapêuticos PICS. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics/recursos-terapeuticos/danca-circular>. Acesso em: 05 jun. 2026.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. **13. ed. Petrópolis**: Vozes, 2007.

CARVALHO, Manuela França de. Modelo para Análise de Espaços Assistenciais de Saúde Mental: Sob a Perspectiva Da Psicologia Ambiental. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/590679>. Acesso em: 29 mar. 2026.

CORREA, Mariele Rodrigues; JUSTO, José Sterza. Oficinas de psicologia: memória e experiência narrativa com idosos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 249-256, 2010.

COSTA, Roberta Bonfim Nogueira. O Caminhar Afetivo na Percepção do Meu Eu Lugar: Análise Da Relação Pessoa-ambiente. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/586089>. Acesso em: 29 mar. 2026.

FREIRE, I. M.; MINAYO, M. C. DE S.. A dança circular como estratégia de cuidado em saúde: revisão narrativa da literatura. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33059, 2023. Acesso em: 06 jun. 2026. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/TJw3kxwZgSK3pwGhmLXrjfK/?lang=pt>.

FREITAS, Mateus; PEREIRA, Eliane Regina. O diário de campo e suas possibilidades. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 20, n. 3, p. 235-244, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1461>

HEIDRICH, Álvaro. Vínculos territoriais – discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 12-26, jan./abr. 2017.

JOINVILLE. Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável. Joinville bairro a bairro 2017. Joinville: **Prefeitura de Joinville**, 2017.

LIMA, Ana Caroline Ferreira et al. Psicologia Social Comunitária e Saúde mental em Contextos Rurais: Ciranda de Mulheres Quilombolas na Comunidade Grilo (PB). In: **XVII ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**, 2024, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: UFCG, 2024.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. e-ISSN: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>.

MAIRESSE, Denise; FONSECA, Tania Mara Galli. Dizer, escutar, escrever: redes de tradução impressas na arte de cartografar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 111-116, jul./dez. 2002.

MELO, Rosane Gabriele C. de. Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 2, n. 1-2, p. 85-103, 1991. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 mar. 2026.

MENDES CAMPOS, Isabelle; HEROLD MATIAS RICHTER, Raíssa. Dança circular e promoção da saúde mental: uma perspectiva das focalizadoras: Circle dance and mental health promotion: a perspective from focalizers. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 3001–3016, 2025. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto64623. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/64623>. Acesso em: 6 jun. 2026.

OLIVEIRA, Ademar Dias de. Projeto de Extensão em Psicologia Comunitária no contexto Educacional: família, identidade e cultura. Registro, SP: **UNISEPE - Faculdades Integradas do Vale do Ribeira (FIVR)**, 2017.

OLIVEIRA, Cléia Rocha de; FIGUEIREDO, Anelise Ineu; SCHIAVO, Aniuska; MARTINS, Lucas Athaydes; TELLES, Maria Eduarda; RODRIGUES, Giovana Adamatti; MESTRINER, Regis Gemerasca. Dança como uma intervenção para melhorar a mobilidade e o equilíbrio em idosos: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 5, p. 1913-1924, maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020255.20002018>.

PANTOJA, Álvaro; BARROSO, Maria Pia. DANÇAS CIRCULARES: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E INTEGRAÇÃO. **VI Congresso Naturales**

Medicinae, Porto, Portugal, 07 nov. 2017. Disponível em: <https://dancacircular.com.br/waUpload/danas-circulare-00000000-18022019113450.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2026.

PEZZI, Marcelo Rodrigo, FERREIRA, Reginaldo José, DALMÔNICO, Vilde Luzia **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 2ª ed. Joinville, SC: INESA, 2021.

PINA, Sara Braga. Ser Mãe em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental: Desafios e Estratégias de Enfrentamento. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/583399>. Acesso em: 29 mar. 2026.

PINHEIRO, José Q.; FARIAS, Alexandra C. de; BARROS, Hellen C. L.; CAVALCANTI, Giselli R. C.. Percepção da mudança climática: estratégias metodológicas para superação de barreiras sociais e psicológicas. **Psicologia Usp**, [S.L.], v. 36, p. 1-10, 2025. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e240094>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/jkFQxwGwJ7vBYVJDrq9j6wN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2026.

RAMOS, Conrado; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 174-180, 2008.

SANTEIRO, Tales Vilela; FERNANDES, Beatriz Silverio; FERNANDES, Waldemar Jose (org.). Clínica de grupos de inspiração psicanalítica: teoria, prática e pesquisa. Londrina: Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina, 2021. 614 p. Disponível em: <http://www.uel.br/clinicapsicologica/pages/publicacoes.php>. Acesso em: 15 ago. 2026.

SANTOS, André Sousa; SILVA, Diôgo Rodrigues da. **História oral e história de vida: aspectos conceituais e históricos**. In: Revisão Bibliográfica: o uso da metodologia para a produção de textos. Vol. 2. **Editora Científica Digital**, 2022. p. 41-57.

SILVEIRA, Bettieli Barboza da. "O Lugar Que Habito": Compreendendo a Relação Pessoa-ambiente em Serviços Residenciais Terapêuticos. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231094>. Acesso em: 29 mar. 2026.

SOUSA, Letícia Toshie Miyazaki de; LIMA, Leonardo Sales. A psicologia social comunitária enquanto ferramenta conscientizadora. **Revista Esperança Garcia**, Picos-PI, v. 1, n. 1, maio 2024.

SOUZA, Luciana Silva Martins de. Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 203-205, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-166x2006000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/qDP6QHhrqTpVFfCC9M5RNTm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2023.

VITORETTE, Gustavo Belmonte [UNESP]. Morreu Na Contramão Atrapalhando O Tráfego: A Imbricação entre Mobilidade Urbana e Cidadania pelo Olhar da

Psicologia Ambiental. 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/259772>. Acesso em: 29 mar. 2026.

XIMENES, Ana Carênina de Albuquerque. Projeto social tecnologia em hotelaria: tecnologia em hotelaria. Fortaleza, Ce: Capes, 2011. 55 p.